

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

centro de trabalho
167
SURUI
INDIGENISTA
OLA

OF. S/Nº/75

1975b.

Brasília, 27 de outubro de 1975

Senhor Presidente,

Estou encaminhando à apreciação de Vossa Excelência o "Projeto de Emergência para a Coordenação da Safra da Castanha de 1976 pelos Índios Gaviões de Oeste do PI Mãe Maria (PA)", que constitui a primeira etapa do Plano Integrado de Desenvolvimento Comunitário "Gaviões-Surui" (a ser apresentado por este Departamento Geral de Planejamento Comunitário até o final do corrente ano) que será coordenado por mim, na categoria de CONTRATADA por locação de serviços por esta Fundação.

Solicito à Vossa Excelência a maior brevidade possível na resolução desta etapa, para fins de proseguimento efetivo de nosso trabalho.

Atenciosamente,

Iara Ferraz
IARA FERRAZ

Pós-graduanda em Antropologia Social, junto à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

G A B. PRESIDENTE
INTERIA
Em 29/10 75

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

ÍNDICE	PÁGINA
INTRODUÇÃO	1
SEÇÃO I - RELAÇÃO DO PROJETO COM A REGIÃO	
I.1 - Antecedentes	2
I.2 - Justificativa	3
I.3 - Propósitos e Objetivos	5
I.3.1 - Estudos de Necessidades	7
SEÇÃO II- RESPONSÁVEIS PELO PROJETO	
II.1 - Elaboração (colaborações)	10
II.2 - Execução	10
SEÇÃO III-LOCALIZAÇÃO E TAMANHO	
III.1 - Localização	
III.1.1 - Extensão da área	12
III.1.2 - Aspectos jurídicos e delimitações	12
III.1.3 - Posto Indígena e Missão	13
III.1.4 - Meios de acesso e comunicação	15
III.1.5 - Aspectos geográficos e naturais	
III.1.5.1 - Clima	16
III.1.5.2 - Relevo	16
III.1.5.3 - Hidrografia	17
III.1.5.4 - Vegetação	17
III.1.5.5 - Fauna	17
III.1.6 - Dados populacionais e mão de obra	18
III.1.7 - Outras atividades do grupo	19
III.2 - Tamanho do Empreendimento	20

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

ÍNDICE (cont.)

	PÁGINA
SEÇÃO IV - MERCADO	
IV.1 - Oferta	
IV.1.1 - Produção	22
IV.1.2 - Produção Local	24
IV.1.2.1 - Produção Indígena	24
IV.2 - Preços	25
IV.2.1 - Preços locais	25
IV.3 - Concorrentes no Mercado Inter- nacional	25
IV.4 - Demanda	
IV.4.1 - Demanda Mundial	26
IV.4.2 - Principais países im- portadores	28
IV.4.3 - Consumo Aparente	29
IV.5 - Projeção	31
SEÇÃO V - ENGENHARIA DO PROJETO	
V.1 - Infra-estrutura existente com vistas ao Projeto	33
V.2 - Descrição Técnica do Projeto	34
V.3 - Organização Administrativa da sa fra e Programa de Trabalho	35
SEÇÃO VI - ASPECTOS FINANCEIROS DO PROJETO	
VI.1 - Investimentos	38
VI.2 - Orçamento de custos e receitas	
VI.2.1 - Custos	38
VI.2.2 - Receita	44
VI.3 - Cronograma Físico-Financeiro	46
VI.4 - Fontes e Usos	47
SEÇÃO VII - CÁLCULO DA RENTABILIDADE DO PROJETO	
VII.1 - Aspectos Financeiros	48
VII.2 - Aspectos Sócio-Culturais	48
ANEXO I - MAPA DA RESERVA INDÍGENA DE "MÃE MARIA"	
ANEXO II- CARACTERIZAÇÃO DA FORMA DE PRODUÇÃO IN- DÍGENA DE CASTANHA SEGUNDO O "PROJETO ' DE EXTRATIVISMO VEGETAL E - CASTANHA DO PARÁ", ELABORADO E EXECUTADO PELA 2ª DE LEGACIA REGIONAL DA FUNAI (BELÉM-PA)	

1

PROJETO DE EMERGÊNCIA PARA A COORDENAÇÃO DA SAFRA DA CASTANHA DE 1976 PELOS ÍNDIOS GAVIÕES DE OESTE (PYRKATEGE) DO POSTO INDÍGENA "MÃE MARIA" (PA).

INTRODUÇÃO

Este Projeto, em caráter de emergência, constitui u ma primeira etapa do Plano Integrado de Desenvolvimento Comunitário "Gaviões-Suruí". O Objeto desta fase inicial diz respeito especificamente ao problema fundamental e "personagem" central de toda a história dos Gaviões do P.I. Mãe Maria após o contato: a exploração da castanha, que nesta safra de 1976 passará a ser coordenada pelos e para os próprios índios de Mãe Maria.

Embora o empreendimento comece por uma esfera econômica da vida do grupo, ele não é um projeto econômico de caráter financeiro e portanto os critérios de avaliação de seus resultados não se inserem ao nível da renda indígena. Devem ser considerados a partir de um ponto de vista de promoção da comunidade indígena em todos os seus aspectos sociais, num momento histórico para o grupo, dinâmico de todo um processo de "integração". Este momento é chamado de "transição" no decorrer deste trabalho, uma vez que todos os problemas, necessidades e interesses da comunidade indígena são vistos enquanto estratégia para sua sobrevivência, em termos de ação contínua e dinâmica, coordenada e dimensionada em todo o processo pela própria comunidade.

SEÇÃO I - RELAÇÃO DO PROJETO COM A REGIÃO

I.1 - Antecedentes

Diante dos levantamentos efetuados e dos respectivos relatórios apresentados (março a setembro) à Fundação Nacional do Índio - através do Convênio USP-FUNAI - sobre a situação atual dos índios Gaviões de Oeste do P.I. Mãe Maria (e Suruí do P.I. Sororó), no Estado do Pará, verificamos que estes grupos apresentam todas as condições favoráveis para solucionar determinados problemas cruciais, que por ora se apresentam como entraves para a sua alternativa de desenvolvimento comunitário.

Por estarem localizados na região produtora de castanha - sul do Pará, médio Tocantins - estes e outros grupos (como Parakanã e Asurini do Trocará) (sem mencionarmos aqueles fixados na região do médio Xingu) vem sendo submetidos à mesma forma tradicional (e regional) de exploração econômica baseada no extrativismo, implantada pelas frentes pioneiras de colonização. É o sistema que vigora em toda a região, baseado num regime de trabalho servil, no "barracão" controlado pelo "patrão", que na esfera da produção indígena de castanha é representado pela própria entidade assistencial, diretamente, ao nível local, pela 2ª Delegacia Regional.

Nesta mesma região, o desenvolvimento acelerado vem provocando certos descompassos. Isto se verifica diante dos vultosos projetos agro-pecuários, empreendimentos maciços que vêm sendo realizados ultimamente na área por poderosos grupos empresariais do sul do país, além da abertura de rodovias, ferrovias, construção de barragens hidrelétricas e projetos de mineração. Todos estes empreendimentos tomaram de assalto a região do sul do Pará.

I.2 - Justificativa

O caráter de emergência deste Projeto é apontado pelos fatos recentemente ocorridos com relação ao pagamento da castanha à comunidade dos Gaviões do P.I. Mãe Maria que levaram à ruptura de uma forma de produção imposta até então pela 2ª DR, denunciada pelo próprio "capitão" Kokrenũm em julho último na cidade de Belém.¹

Ele se inicia numa esfera econômica por excelência para a comunidade indígena - exploração da castanha - por uma questão de estratégia, uma vez que esta atividade é o elo de ligação, de dependência relativa para com a sociedade abrangente. O rearranjo consciente de determinados elementos do plano econômico da (e pela) comunidade indígena acarreta em condições para o seu desenvolvimento, em termos de autonomia e autodeterminação, face a uma rede de relações sociais que vem se ampliando, devido ao crescente intercâmbio com os núcleos urbanos das redondezas, representantes da sociedade envolvente.

A forma como o processo produtivo da castanha vinha se dando impedia o desenvolvimento do grupo enquanto tal, principalmente na medida em que o tolhia de qualquer iniciativa própria e restringia suas atividades tradicionais de subsistência, diante dos objetivos de maximização da produção, reforçando vínculos servis de dependência econômica. *de lucro*

Não se trata de uma simples "substituição de modelos" em relação ao que vigorava até então em termos de exploração econômica, de um modelo pronto e imposto de "integração". Agora o momento histórico é outro, a alternativa é original e própria da dinâmica social das sociedades indígenas; apresentam por si os elementos para um rearranjo que é proposto enquanto alternativa que escolheram para o seu desenvolvimento e integração "paulatina" à comunidade nacional.

A entrada da produção indígena no mercado regional (que por ora depende do setor secundário da economia) propiciará a relativa ampliação de uma infra-estrutura existente, indispensável para a comercialização do produto (no caso, o beneficiamento da castanha pelos novos exportadores), que só

¹Vide RELATÓRIO DA SEGUNDA E ÚLTIMA ETAPA DOS LEVANTAMENTOS PRELIMINARES REALIZADOS SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DOS ÍNDIOS GA

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

contribuirá para o desenvolvimento regional. Um dos indicadores seria a expansão da oferta de empregos, a ampliação do mercado de mão de obra local.

Por outro lado, uma vez que a exploração da castanha da forma como vem sendo efetuada não constitui um projeto econômico lucrativo especificamente para o Patrimônio Indígena, e a médio prazo, a ~~auto-gestão~~ do grupo virá a desonerar a entidade competente, possibilitando a canalização de recursos para outras áreas indígenas que demandam mais estímulos *para a* "démarche" de seu desenvolvimento e "integração" paulatina.

O processo está em curso, e a participação efetiva é exigida pelos seus próprios autores, neste momento decisivo para a comunidade. É uma fase de transição que deve ser estimulada, a passagem da submissão a um sistema de patronato imposto pela própria FUNAI (e assistência passiva) para a retomada da ação própria, dinâmica do grupo com vistas a sua autonomia. E esta passagem é emergente junto a praticamente todos os demais grupos indígenas produtores de castanha na região, cuja situação atual fornece os elementos básicos da "transição".

1 cont. VIÕES DE OESTE apresentado a esta Fundação pela antropóloga Iara Ferraz, setembro de 1975, pp. 18-20, para maiores detalhes.

I.3 - Propósitos e objetivos

Nossa proposta reside na reformulação do processo produtivo da castanha (esfera marcadamente econômica) que passará a ser coordenado e dimensionado pelos próprios índios Gaviões de Oeste do P.I. Mãe Maria a partir da próxima safra, em todos os seus momentos - desde a produção mesma até o consumo, a circulação de bens considerados necessários por toda a comunidade.

A produção será vendida em Marabá (a 40 Km do P.I.) pela própria comunidade de acordo e com os preços vigentes para produtores durante a safra naquele mercado regional (e tradicional) de castanha do médio rio Tocantins, ao invés de sê-lo em Belém a 700 Km do local e com custos - diretos e indiretos - extremamente elevados, como vinha ocorrendo durante vários anos seguidos.²

Para as comunidades indígenas, a castanha nunca representou fonte de lucros, sob a forma de produção com que vem dando, visando o objetivo de maximização da produção. (de levar!)

Ao invés de reforçar o sistema de submeter a população indígena a modelos prontos de "integração", através da simples absorção como mão-de-obra, num regime de trabalho servil, humilhante, o objetivo fundamental deste Projeto de Emergência é promover, paulatinamente, uma alternativa específica, própria de desenvolvimento comunitário em todos os seus aspectos sócio-culturais, a partir de uma esfera econômica (que é o elo de ligação com a sociedade das classes), privilegiando as áreas de educação, saúde e alimentação, numa fase imediatamente posterior.

Diante do atual estágio de intercâmbio dos índios Gaviões com a sociedade envolvente, como um momento histórico para o grupo, dinâmico de todo um processo de "integração", devemos levar em conta que todos os problemas, necessidades e interesses da comunidade indígena têm que ser vistos enquanto estratégia; internamente, "dentro" do grupo para reafirmação

²O projeto econômico de exploração da castanha - recentemente formulado sob o título de "Projeto de Extrativismo Vegetal - Castanha do Pará" vinha sendo executado pela 2ª DR, a "intermediária" (VIDE ANEXO II).

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

de seus padrões de identidade, bem como "fora" dele, externamente, enquanto a afirmação de um grupo que também tem interesses, e que se sente privilegiado em alguns pontos em relação ao resto, aos regionais "civilizados" dos pequenos núcleos urbanos mais próximos, que por sua vez cultivam estereótipos em relação aos índios como "ladrões", "assassinos", "brabos", "mansos", "preguiçosos", etc.

Desta forma, qualquer que seja o resultado da experiência, da adaptação do processo produtivo ^(castanha) a novas condições ~~(castanha)~~ - principalmente em termos de que, com os menores custos possíveis o maior lucro (benefícios) será obtido - com controle pela comunidade indígena em todos os seus momentos, só trará vantagens nesta etapa de "transição". Sobretudo, de um ponto de vista onde a afirmação dos índios enquanto indivíduos produtores "quase cidadãos" plenamente capazes de decidirem por si faz-se necessária e urgente.

Daí a promoção dos grupos indígenas, através do desenvolvimento comunitário, "dentro" e "fora" deles, enquanto estratégia passível de ser manipulada e dimensionada pelos seus próprios elementos, conforme seus interesses específicos, enquanto atores do processo também. Assim, a volta ao "regime do barracão" ou "regatão" se mostra inviável, pois a comunidade vivencia agora exatamente um outro momento histórico, dinâmico em si mesmo, onde o rearranjo de certos elementos é emergente para a alternativa de "integração" que escolheram.

Resumindo, são estas as metas do Plano de Emergência:
1-A partir de uma esfera econômica - remodelação do processo produtivo da castanha - uma alternativa é apresentada num momento de transição, autofinanciando e promovendo o desenvolvimento comunitário - cujas variáveis complementares são educação, saúde e alimentação.

2-Motivação da comunidade indígena em todos os seus aspectos sócio-culturais - estímulo à afirmação do grupo ("dentro e "fora" dele) e promoção dos índios como indivíduos capazes de escolherem e decidirem por si a alternativa deste desenvolvimento.

3-Nossa proposta para a próxima safra da castanha em "Mãe Maria" é o ponto de partida para a retomada de uma auto-suficiência rearranjada, de um "volta" à autonomia da comunidade, da manutenção de seus padrões de subsistência.

4- O momento de transição a que nos referimos é considerado dinâmico

7.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

micamente, dentro de um processo em curso, onde o rearranjo dos elementos na esfera econômica é a estratégia (ação) para sua so brevivência, enquanto grupos étnicos diferenciados.

Este Projeto de Emergência apresenta determinadas condições indispensáveis à sua plena realização.

1 - Nesta etapa, é imprescindível que apenas os membros da comunidade coordenem os trabalhos da safra na reserva de "Mãe Maria" (com nossa orientação apenas para a comercialização). Esta expe riência prática será a grande tarefa educativa a ser empreendi- da.

2 - Necessidade de colaboração da entidade competente a todos ' os níveis, nacional e local, principalmente da 2ª DR de Belém, ' à qual o P.I. "Mãe Maria" está administrativamente jurisdiciona do, e que até então vem coordenando o chamado "Projeto Castanha" em toda a região produtora. Só assim os objetivos deste Projeto de desenvolvimento comunitário serão alcançados com êxito. Qual quer interferência negativa no processo ameaçará sua plena rea- lização, o que evidentemente só viria a acarretar ^{em} prejuízos e danos para a própria comunidade indígena, neste momento decisivo para sua vida.

I.3.1 - Estudos de Necessidades

Quanto ao momento da distribuição da renda, obser- vemos o seguinte: com a renda obtida, todos os custos de produ- ção deverão retornar à comunidade, ou seja, a receita inicial, ' (incluindo principalmente despesas como aquisição de bens e re- muneração de pessoal) tornará a ser "capital de giro". O retor- no do valor relativo da aquisição de mercadorias durante a sa- ' fra será a outra forma de "acumulação" de recursos, visando in- ' vestimento pela e para a comunidade.

Como a produção indígena na reserva se dá sob duas formas—individualmente na aldeia junta à sede Posto e coletiva- mente na aldeia da Ladeira Vermelha - uma parte proporcional da remuneração pela produção (em moeda) a ser decidida pela comuni- dade retornará a ela sob forma de um fundo comum, a ser investi do pela própria comunidade (mediante orientação) já no próximo ' "verão", dentro do Plano Integrado de Desenvolvimento Comunitá- rio.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Deste modo, o Plano começa praticamente se auto-gerindo e financiando, na medida em que o Projeto cobrirá os custos iniciais. Assim, a reformulação do processo de produção (nível econômico) marca este momento de "transição" a que nos referimos, entre um sistema de exploração econômica pura e simples, baseada num regime de trabalho servil e uma ação de desenvolvimento contínua, dinâmica e própria dos índios e dimensionada por eles.

A orientação geral deste Projeto de Emergência, já inserido num plano de Desenvolvimento Comunitário, está baseada na relação inversa, diretamente proporcional existente entre custos e lucros. Quanto menores os custos envolvidos na produção da safra exclusivamente pelos índios, maiores os lucros (aqui chamados benefícios diretos e indiretos) para a comunidade indígena em termos de troca; isto levará a sua afirmação enquanto indivíduos capazes de decidirem por si, frente à sociedade envolvente, na medida em que propiciará a melhoria de suas condições de vida e a auto-gestão de sua alternativa de desenvolvimento comunitário, no seu sentido mais amplo (educação, saúde, etc).

Durante o "verão" regional, toda a renda resultante da comercialização de um excedente não utilizável (milho, arroz e banana, no início) - produção esta superior ao nível de subsistência determinado pela comunidade - reverterá sob forma de benefícios diretos e indiretos (como o refinanciamento da safra seguinte) para a comunidade.

A operacionalização deste sistema possibilitará à comunidade a manutenção de um sistema de troca necessária e peculiar com a sociedade abrangente, representada pelos pequenos núcleos urbanos da região, de onde poderão obter determinados bens considerados indispensáveis pela própria comunidade indígena (como cartuchos, querosene, sal, açúcar, café, roupas, etc.) para sua sobrevivência.

A rotatividade do próprio sistema (aqui chamado "tipo cooperativa" indígena de produção e consumo), funcionando no "inverno" com a venda da castanha e no "verão" com produtos agrícolas (e artesanato) está baseada na reciclagem econômica da comunidade, face as suas necessidades, que tenderá a acentuar suas atividades tradicionais, rearranjadas numa nova rede de

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

relações sociais. O fundamental aqui é "uma economia no trabalho necessário e não como uma obrigação de trabalho suplementar"³ diante das exigências impostas num intercâmbio crescente com a sociedade envolvente. A apresentação de novas técnicas está baseada neste princípio geral.

Ao considerarmos a consciência e a vontade comunitária do grupo, surge um "décalage" entre o que os índios estão decididos a fazer e o que é material e burocraticamente possível de empreender, ou seja, as possibilidades práticas. Se levarmos em conta todos os fatores aqui apresentados, verificaremos a urgência e necessidade do investimento (a fundo perdido) que se inicia com este Projeto de Emergência, num nível estritamente econômico à primeira vista.

³ BERRUELLE, Didier, relatório apresentado a esta Fundação, maio de 1975, Comité Français pour la Campagne Mondiale contre la faim.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

SEÇÃO II - RESPONSÁVEIS PELO PROJETO

II.1 - Elaboração (colaborações)

A elaboração desta primeira etapa do trabalho está sob a responsabilidade do Departamento Geral de Desenvolvimento Comunitário (DGPC) desta Fundação, sendo que a antropóloga Iara Ferraz (bacharel em Ciências Sociais e pós-graduanda em Antropologia Social junto à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo) realizou os levantamentos preliminares na região e assumirá (como Contratada) a Coordenadoria do Plano Integrado de Desenvolvimento Comunitário "Gaviões-Suruí" (PA). As diretrizes básicas e metas a serem alcançadas já estão explicitadas neste Projeto de Emergência, que constitui a fase inicial de todo o trabalho. A projeção e detalhamento das atividades específicas do Plano serão apresentadas tão logo sua elaboração seja concluída, até o final do corrente ano.

Contamos nesta etapa com a colaboração direta do Sr. Marcos Antonio de Carvalho, bacharel em Economia pela Universidade de Brasília e atualmente junto ao DGPC, na FUNAI; e também de toda a equipe deste Departamento, sob a direção do Prof. Dr. George Cerqueira Leite Zarur, que muito nos auxiliou e apoiou em todas as fases de elaboração deste Projeto.

Agradecemos ao grande incentivo e colaboração da Prof.^a Dr.^a Lux B. Vidal, assistente Doutor do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo e do Prof. Olympio Serra, antropólogo e atual Diretor do Parque Indígena do Xingu, excelentes amigos e orientadores deste trabalho.

II.2 - Execução

No que diz respeito à execução do Projeto, esta ficará sob a responsabilidade in loco da Coordenadora do Plano Integrado de Desenvolvimento Comunitário "Gaviões-Suruí", a antropóloga Iara Ferraz. A sub-coordenadoria dos trabalhos ficará aos cuidados do Sr. Saulo Petean, atual chefe do P.I. Mãe Maria desde julho último, quando assumiu formalmente o cargo. Tendo

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

chegado àquele P.I. em março p.p., acompanhou e auxiliou na administração da última safra da castanha, tendo, portanto, se inteirado dos problemas da comunidade. Contaremos também com a colaboração e estímulo da orientadora educacional do P.I., a Sra. Edi Rodrigues, sua esposa.

A atual atendente ficará responsável também nesta etapa pelo controle efetivo do estado de saúde da comunidade, mediante orientação. O atendimento de emergência será dado inclusive, em caso de necessidade, no próprio local de trabalho durante a safra, ou seja, nas "colocações" de castanha.

Os próprios membros das aldeias "aviões", representados por seus líderes, os "capitães" Kokrenũm e Kinaré, responderão pelo desempenho do Projeto, a nível da comunidade indígena.

O "Campus" Avançado da USP em Marabá atuará mediante a reformulação do Convênio FUNAI-USP em termos de colaboração, para assessoria técnica temporária ao Plano de DC, de acordo com as necessidades advindas, onde as especializações requeridas abrangerão as áreas de Medicina, Odontologia, Veterinária e Agronomia a partir do próximo ano.

Contaremos também, no decorrer de todo o trabalho, com a colaboração administrativa da 2ª Delegacia Regional de Belém, na pessoa de seu responsável, o Sr. Cel. Antonio Augusto Nogueira.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

SEÇÃO III - LOCALIZAÇÃO E TAMANHO

III.1 - Localização

III.1.1 - Extensão da área

O P.I. Mãe Maria está localizado no município de Marabá, Estado do Pará. A área (reserva indígena) é cortada pela Rodovia Estadual PA-070 dos km 15 ao 37, na direção Marabá- Belém, atualmente a única rodovia que liga estes dois centros urbanos (vide mapa anexo).

Na reserva estão fixados atualmente dois grupos Gaviões de Oeste (Pyrkatege), em duas aldeias: uma junto à sede do P.I., no km 30 da referida rodovia e situada a menos de 100 metros desta; a outra, aldeia da "Madeira Vermelha", no km 34 e situada a cerca de 1 km de distância da rodovia.

O pique oeste da reserva de Mãe Maria (conforme Decreto-Lei nº 4503 de 23/12/43) dista 15 km da margem direita do rio Tocantins, habitat original dos índios Gaviões de Oeste.

De acordo com a delimitação original, a área total da reserva é de 52.607 ha 27a 00ca (perímetro de 114.980 m).

III.1.2 - Aspectos Jurídicos e delimitações

O Decreto-Lei nº 4503, de 23/12/43, promulgado pelo Interventor Federal do Estado do Pará, concede de modo definitivo aos índios Gaviões um lote de terras devolutas do Estado, situado à margem direita do rio Tocantins, cujos limites citamos a seguir.

O Art. 1º deste Decreto-Lei diz o seguinte:

"São concedidos aos índios Gaviões, do município de Marabá o uso e gozo de um lote de terras do Estado, com duas léguas de frente por quatro de fundo, e limitado na frente pelos travessões das propriedades demarcadas sob as designações de "Mãe Maria" e "Jacundá de Cima"; dos lados pelos igarapés Jacundá e Fleixeiras; nos fundos por uma linha imaginária entre estes dois igarapés" (SIC).⁴

⁴ Ao sul (frente), a reserva faz limite com o castanhal do Sr. Lauro Queiroz, atualmente. Pelo mapa (Anexo E) traçado con-

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

III.1.3 - Posto Indígena e Missões

O Posto Indígena Mãe Maria foi fundado em fins de 1964, tendo os índios Gaviões (do Cocal - que se encontravam próximos a Itupiranga, junto ao rio Praia Alta) sido transferidos para o Mãe Maria em princípio de 1966, trazidos pelo exsertanista Antonio Soares Cotrim. Em 1970, fixou-se na reserva um grupo de Gaviões vindos do Maranhão (região de Imperatriz) e também atraídos pelo mesmo sertanista - o grupo da Ladeira Vermelha, atualmente com a Missão Novas Tribos do Brasil.

O P.I. Mãe Maria está sob a jurisdição administrativa da 2ª Delegacia Regional da FUNAI em Belém. A sede do P.I., que atende às duas aldeias, está situada no km 30 da rodovia estadual PA-070 e dispõe de: suas instalações:

- sede do Posto, em alvenaria, coberta de Brasilite
- casa de adebe, coberta de telhas - residência do braçal e al moxarifado
- instalações para radiofonia, em madeira
- instalações para hospital - barracão em alvenaria (construído para a finalidade de depósito de castanha) coberto de Brasilite, onde funciona atualmente a farmácia, enfermaria e a moradia da atendente

(cont.) forme as indicações contidas no Art. 1º do referido Decreto-Lei, o pique que faz a divisão entre a Reserva Indígena e a propriedade do Sr. Lauro Queiroz é reto. No entanto, antes da fundação do Posto, era este proprietário particular quem arrendava e extraía castanha da atual Reserva. Quando o Posto foi fundado, o antigo SPI deu autorização e forneceu verba ao Dr. Lauro Queiroz para que ele fizesse o pique demarcatório na parte sul da reserva. Esta delimitação veio a beneficiar apenas a castanhal dele, uma vez que ao apresentar contornos, o pique veio justamente tirar da reserva (e dos índios) as melhores "bolas" de castanha das "colocações" Latas, Canto de Areia, Santo Antonio e São Félix - justamente aquelas que vêm sendo exploradas exclusivamente pelos índios de Mãe Maria.

Estas informações nos foram gentilmente fornecidas pelo antropólogo Antonio Pereira Neto (atualmente no DGO), conhecedor da região e seus problemas junto aos grupos indígenas lá fixados atualmente.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

- escola em alvenaria e coberta de telhas Brasilit, com instalações para residência.

Na sede, há ainda um poço de céu aberto, com tampa e revestido de tijolos, com bomba e caixa d'água, além de um gerador de energia elétrica, cuja rede de fornecimento se estende diariamente, por algumas horas no início da noite, à aldeia localizada junto à sede, do outro lado da PA-070.

Quanto ao pessoal, trabalham atualmente no P.I. Mãe Maria 4 funcionários em caráter permanente:

- chefe do Posto, Sr. Saulo Petean
- orientadora educacional, Sra. Edi Rodrigues
- trabalhador braçal, Sr. Raimundo Carvalho
- atendente, Srta. Maria de Conceição Diniz

O grupo da Ladeira Vermelha está sob os cuidados da Missão Novas Tribos do Brasil, desde 1972 e sob responsabilidade do Posto Indígena da FUNAI, o Mãe Maria. O trabalho assistencial (em termos de colaboração) dos missionários nas áreas de educação e saúde vem, até aqui, propiciando melhorias de condições de vida ao grupo; sua disponibilidade favorece um atendimento à comunidade em condições satisfatórias, principalmente no que diz respeito a um controle efetivo sobre o estado de saúde do grupo.

As instalações da Missão na Ladeira Vermelha dispõem de:

- três casas de madeira, cobertas de palha de babaçu para residência das duas famílias de missionários que lá trabalham atualmente, Parker e Jancitski;
- instalações sanitárias (fossas sépticas)
- galpão aberto - a escola - com cobertura de palha de babaçu, mesas e bancos simples, de madeira
- gerador para bomba hidráulica.

O trabalho dos missionários também será, junto aos índios Gaviões da Ladeira Vermelha, controlado e orientado com vistas ao Plano Integrado de Desenvolvimento Comunitário, num esforço conjunto para sua implantação e realização.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

III.1.4 - Meios de acesso e comunicação

O P.I. Mãe Maria é cortado, conforme mencionamos anteriormente, pela Rodovia Estadual PA-070, cujo traçado inicial (picada) já existia por ocasião da transferência dos "aviões para este local, à beira da "estrada da castanha", como é conhecida na região. Esta Rodovia atravessa a reserva indígena em toda a sua extensão, ou seja, em 22 km (dos km 37 ao 15, no sentido leste-oeste).

Devemos aqui fazer algumas considerações a este respeito. Por um lado, a travessia desta rodovia pela área da Reserva é de certa forma benéfica para a comunidade, no sentido de facilitar o atendimento a qualquer necessidade surgida, uma vez que é fácil a comunicação terrestre com Marabá (a 40 km dali), bastando atravessar o rio Tocantins (e também com Belém, embora a uma distância de 700 km), facilitando o escoamento da castanha ou de qualquer outro produto da comunidade. Facilita, por sua vez, o livre trânsito dos membros da comunidade por este "corredor" inevitável entre eles e o "mundo dos brancos", com o qual comercializam artesanato e alguns produtos agrícolas, como banana e milho. Ao longo deste "corredor", vêm se estabelecendo vários pequenos núcleos urbanos, que funcionam, evidentemente, como pequenos centros de abastecimento da região.

Por outro lado, a passagem da PA-070 pela Reserva oferece algumas contingências para o grupo, uma vez que acelera suas relações de intercâmbio para com a sociedade envolvente, onde a "integração" ainda requer o rearranjo de muitos de seus elementos tradicionais, neste processo.⁵

Para facilitar o trânsito dentro da área da reserva, diversas estradas para muares e centenas de "picadas" foram abertas dentro da mata, cortando a área em todos os sentidos (ver adiante, Item V-4). Estas "estradas" e ramais foram abertos com vistas à melhoria da exploração dos castanhais, pelos encarregados do Posto.

Outro tipo de comunicação utilizada no P.I. Mãe Maria é a fonia, para comunicação com a 2ª DR.

⁵ É frequente, por exemplo, a parada de automóveis, caminhões na estrada (que não dispõe de qualquer sinalização), geralmente

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Apesar da relativa proximidade de Marabá, as comunicações por via aérea também são utilizadas através do aeroporto daquela cidade. No entanto, falta ao P.I. Mãe Maria algum tipo de comunicação com a própria cidade de Marabá, o que por vezes dificulta, por exemplo, a remoção de um doente entre as duas localidades (geralmente índios de outros grupos que vêm para o "hospital" de Mãe Maria).

O Projeto de construção de um campo de pouso próximo à sede do posto (promessa do ex-governador do Pará) está em vias de realização, tendo sido feitos estudos de topografia no local por servidores do DER, em julho último.

O transporte fluvial pelo rio Tocantins (via igarapé Fleixeiras) deixou de ser utilizado desde a construção da Rodovia (PA-70). No entanto, poderá vir a ser re-utilizado mediante as necessidades de escoamento da produção que a comunidade vem a comercializar, uma vez que este tipo de transporte (hidrovia) acarreta custos mais baixos durante determinado período do ano (estação das águas) principalmente.

III.1.5 - Aspectos geográficos e naturais

III.1.5.1 - Clima

Na região, predomina o clima quente e úmido, devido à relativa proximidade da zona equatorial úmida de floresta densa, muitos igarapés e olhos d'água. Observa-se em toda a região somente duas estações, bastante marcadas: a das águas (inverno) que vai de dezembro a maio e a da seca (verão), dos meses de junho a dezembro.

III.1.5.2 - Relevo

A região é de planície e o solo (dentro da reserva) apresenta variações: é arenoso, principalmente junto ao igarapé Jacundá (que faz o limite da área no sentido leste) e na parte

5 (cont.) viajantes que "querem ver os índios" ("brabos", "civilizados", "domesticados", "mansos", etc.), tirar fotografias, etc. coisas pelas quais os encarregados do Posto fazem o possível para evitar, já que a aldeia junto à sede do P.I. fica à margem da estrada. É frequente também a incursão dos índios àquelles núcleos (principalmente Marabá) para venda de artesanato e'

17.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

central da reserva, sendo pedregoso em outras. A noroeste verifica-se um ondulamento do solo, chamado, pelos índios de "serra"

III.1.5.3 - Hidrografia

Os principais cursos d'água que atravessam a reserva são: igarapé Mãe Maria, que corta toda a extensão da área no sentido norte-sul e no qual deságua a maioria dos ^{outros} igarapés. O Mãe Maria deságua no rio Tocantins. O igarapé São José atravessa no Km 25 da Pa-70, é afluente do Mãe Maria. O igarapé São Raimundo nasce na colocação São Expedito e banha a aldeia da La deira Vermelha, desaguando também no Mãe Maria. Existem dezenas de outros pequenos cursos d'água, sendo que o mais importante deles é o igarapé Pernambuco que atravessa a Pa-70 no Km 31, de saguando em seguida no Mãe Maria. Há outros que quase inexistem durante a época de estio.

Os dois córregos mais importantes da reserva são os igarapés Jacundá (limite ao leste) e Fleixeiras (limite a oeste). Este último já foi utilizado para escoar a castanha da região quando não existia a PA-70.

III.1.5.4 - Vegetação

A floresta equatorial úmida é típica da área - a mata é bem fechada, contínua e entremeada de cipoal. Quando às árvores de corte existentes na reserva, podemos mencionar a massa randuba, mogno, cedro, jarana, sapucaia, maracatiara, copaíba, andiroba e marupé.

As principais árvores frutíferas nativas nas matas da reserva são: castanheira, piquiá, cupuaçu, açaí, bacaba, caju, etc. Seus frutos constituem parte da alimentação básica do grupo no "inverno".

III.1.5.5.- Fauna

Bastante variada, a caça constitui fonte de alimentação básica para o grupo durante todo o ano: veado (mateiro, vermelho e branco), paca, tatu (peba, rabo de couro), cutia, queixada, caititu, anta, onça pintada, preta e vermelha. Estes animais encontram-se sob a ameaça de extinção com a construção de

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

rodovias ao redor da reserva (como a PA-082, que passará a apenas 8 Km do limite noroeste da reserva).

Peixes: (também para alimentação) puraqué, traíra, jiju, piabanha, mandi, jundiá, cará, camuatá, acari, piau e outros.

Aves: mutum, jacuaçu, jacobim, jacamim, nambu, arara, papagaio, gavião (diversos tipos), maracanã, ararajuba e outras, cujas penas são utilizadas para a confecção de ornamentos.

Repteis: surucucu, jibóia, caninana, jararaca, coral, cobra papagaio e jacarés.

Há também diversas espécies de aracnídeos e insetos em geral.

III.1.6.- Dados Populacionais e Mão de Obra

A reserva de Mãe Maria, com suas duas aldeias, conta atualmente com uma população total de 99 pessoas (em 1961 eram apenas 25), assim distribuídas, por sexo e idade:

Aldeia junto à sede
do P. I. Km 30

Aldeia da Ladeira
Vermelha - Km 34

	MASC.	FEM.	Sub-tot.	MASC.	FEM.	Sub-T.
0 - 5 anos	8	7	15	7	5	12
6 -10 anos	5	2	7	1	-	1
11-15 anos	1	2	3	5	1	6
16-20 anos	4	1	5	1	1	2
21-30 anos	4	5	9	7	9	16
31-40 anos	6	1	7	4	1	5
41-50 anos	4	2	6	3	-	3
51-60 anos	1	-	1	-	-	-
mais de 61 anos	-	-	-	1	-	1
T O T A L	33	20	<u>53</u>	29	17	<u>46</u>

POPULAÇÃO
ATIVA

Quanto à questão da população ativa do P.I. Mãe Maria, devemos ressaltar ^{que há} em cada aldeia uma divisão sexual do trabalho, tradicional na estrutura social de grupos indígenas. No período em questão (safra de castanha) são principalmente os homens adultos que constituem a mão de obra para os trabalhos de coleta do produto. Algumas famílias nucleares inteiras deslocam-se para a mata durante este período, uma vez que é difícil para uma mulher sozinha manter a casa na aldeia. Na mata, as mulheres cuidam do preparo da alimentação principalmente coleta de frutos, preparo da caça e do leite da castanha - e ajudam a cortar a castanha da safra.

III.1.7 - Outras atividades do grupo

Com o término da safra da castanha, os índios Gaviões ficam praticamente liberados para suas atividades tradicionais de 'verão', ou seja a colheita, derrubada e plantio das roças, época esta que é marcada pela realização de cerimoniais nas aldeias. Os principais produtos cultivados são: milho, arroz, mandioca, batata, inhame, amendoim, cará, abóbora e banana (de diversas qualidades). Destes, são produzidos com excedente - ou seja, ^{excedente} não utilizáveis para subsistência: o milho, o arroz e a banana, que a comunidade vende em Marabá (ou São Félix) para adquirir mercadorias como leite em pó para crianças, café, óleo, querosene, etc. Esta troca também se dá através de artefatos da cultura material, que os elementos do grupo comercializam individualmente (maracá, buzina, arcos, flechas).

Os índios Gaviões do P.I. Mãe Maria possuem um pequeno rebanho de gado bovino da raça Gir (5 cabeças) que lhes foi doado em 1974 pelo Dr. João Paulo Botelho Vieira F^o para início e de criação. Na comunidade há um pasto formado e cercado (4 alqueires) que será dividido no próximo "verão" para o funcionamento do sistema de rodízio. O gado encontra-se vacinado e a comunidade já dispõe de um curral, em uso, construído ^{em 1974} pelos próprios índios e funcionários do P.I., sob orientação de um veterinário da USP, ^{em julho último.}

Os índios pretendem aumentar o rebanho com a aquisição de outras cabeças da raça suíça Guzerá (gado leiteiro) e

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

assim dividi-lo entre as duas aldeias. Há um elemento na comunidade que esteve em Belém realizando um curso para vaqueiro para a orientação das atividades pecuárias do grupo.

As atividades escolares foram iniciadas no P.I. Mãe Maria em junho último. Até o momento, estão concentradas na época de "verão", quando há mais disponibilidade de tempo por parte dos índios: até aqui mais uma vez as atividades na safra da castanha lhes consumia praticamente todo o "inverno" (5 meses por ano), restringindo qualquer outra iniciativa.

Um programa de educação bilíngue será desenvolvido pela orientadora educacional da comunidade (esposa do atual chefe do Posto), com a colaboração da linguista, Leopoldina Araújo, que há dois anos vem desenvolvendo trabalhos de pesquisa junto ao grupo, e de um monitor de educação, um elemento da própria comunidade atualmente em fase de treinamento.

III. 2 - Tamanho do Empreendimento

O trabalho de exploração - coleta e comercialização direta - da castanha da reserva de Mãe Maria pelos e para os próprios índios Gaviões poderá agora cobrir uma extensão da reserva indígena (em seu total, 52.607 Ha) determinada pela comunidade, uma vez que apenas eles vão dimensionar e coordenar os trabalhos conforme suas necessidades. Diante desta iniciativa, os índios não estarão confinados àquelas "colocações" (grandes castanhais) que sempre foram exploradas exclusivamente por eles, menores em tamanho e conseqüentemente em densidade de castanheiras em relação àquelas exploradas até então pelos "civilizados", mão-de-obra regional contratada pelo chefe do Posto (e 2ª DR) para a coleta do produto dentro da reserva (VIDE MAPA ANEXO PARA LOCALIZAÇÃO DESTAS "COLOCAÇÕES").

Nesta etapa - próxima safra, objeto deste Projeto - é imprescindível que apenas os membros da comunidade coordenem os trabalhos da safra nas "colocações" da reserva (com nossa orientação apenas para a comercialização). ~~Podem~~ ~~deverão~~ ~~ajudar~~ ~~desenvolver~~ ~~de~~ ~~desenvolver~~ sua capacidade de produção, na medida em que a 2ª DR lhes "passar" as outras "colocações", como deseja a comunidade. Nesta safra, a arregimentação de mão-de-obra de "civilizados" pelos próprios índios (que vão gerir os trabalhos) le-

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

varia a um "salto" desnecessário por ora⁶.

Por outro lado, a possível operação concomitantemente de dois modelos - exploração dos castanhais pelos índios, de forma autônoma e por "civilizados" - e portanto com uma parte sob o modelo da 2ª DR, apresenta^{ria} no momento uma incompatibilidade de objetivos e formas de exploração.

Possivelmente, já na safra de 1977, a própria comunidade poderá ter condições de alocar seus serviços em maior escala e absorver esta mão de obra regional para a coleta do produto, na medida em que considerar necessário.

A capacidade máxima de produção total da reserva de Mãe Maria neste ano é estimada em 2.500 hectolitros de castanha, durante uma safra que se inicia em janeiro e finda em meados de maio. Estimamos que somente a população indígena ("mão-de-obra" do trabalho) produza 40% da produção total, ~~ou seja,~~ ~~1.000 hl~~, naqueles castanhais escolhidos por eles para o trabalho com os menores custos possíveis envolvidos.

⁶ Até a última safra no P.I. Mãe Maria, trabalhavam lá, anualmente durante este período (dezembro a maio) cerca de 30 "civilizados" coletores de castanha (além dos 30 índios) contratados pelo chefe do Posto sob forma de prestação de serviços, sem vínculos empregatícios e submetidos ao mesmo regime de trabalho servil, do "barracão". Coletavam o produto em cerca de 20 "colocações" (grandes castanhais), as maiores dentro da reserva indígena (60% da produção total) onde aproximadamente outras 10 restantes sempre foram exclusivamente explorados pelos índios Gaviões, entre suas duas aldeias - tanto para comercialização via a intermediária quanto para consumo interno da comunidade.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

SEÇÃO IV - MERCADO

IV.1 - Oferta

Oferta de Castanha-do-Pará no Mercado Mundial

IV.1.1 - Produção

Conforme dados estatísticos colhidos, o comportamento da produção de castanha-do-pará, compreendido no período de 1965 a 1973 nos apresenta, em termos absolutos, um crescimento de 103%. No período de 1965 a 1969, a produção praticamente não apresentou variação em termos absolutos. Embora tivesse havido um considerável aumento da produção nos anos de 1966 e 1968, a queda ocorrida em 1967 e 1969 contrabalançou o aumento, fazendo com que no período considerado não tenha havido nenhuma variação na produção em relação a 1965, como mostra a tabela - IV.1.

No período 1970 a 1973, a produção de castanha-do-pará teve um aumento extremamente elevado em relação ao período anterior; comparando a produção de 1969 - 40.004 toneladas - com a de 1970, que alcançou 104.487 toneladas, verifica-se um aumento de 160%. Apesar deste aumento em relação ao período anterior, notamos uma semelhança quanto ao ciclo produtivo, o qual também é intermitente, pois em 1971 e 1973 a produção sofreu uma queda sensível com relação aos anos de 1970 e 1972.

Os dados estatísticos provam que a produção obedece a um ciclo sazonal de produção, isto é, se as árvores produzem muito em um determinado ano, já no seguinte a produção é muito baixa, existindo portanto uma oscilação muito grande.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

TABELA IV.1

CASTANHA-DO-PARÁ - PRODUÇÃO E VALOR (1965-1973)

ANO	PRODUÇÃO (tonel.)	VALOR CORRENTE (CR\$ 1.000)	PREÇO MÉDIO Corrente	PREÇO MÉDIO Real
1965	40.798	8.715	213,61	213,61
1966	55.470	13.280	239,41	173,48
1967	34.164	15.028	439,88	248,51
1968	50.977	21.390	419,60	190,72
1969	40.004	21.052	526,25	197,83
1970	104.487	54.642	522,96	161,40
1971	67.005	63.280	944,41	244,03
1972*	121.949	114.294	925,52	203,41
1973*	82.925	97.150	1.171,54	274,48

Fontes: Anuário Estatístico do Brasil
Conjuntura Econômica - F.G.V. - Vol.28, nº4-Abril/1974.
(*) Estimado.

TABELA IV.2

CASTANHA-DO-PARÁ - ÍNDICE DE VARIAÇÃO (Base:1965=100)

ANO	PRODUÇÃO	PREÇO MÉDIO Corrente	PREÇO MÉDIO Real	VARIAÇÃO Pr.Const	PERCENT. Produção
1965	100	100	100	-	-
1966	136	112	81	-19	+36
1967	84	206	116	+43	-38
1968	125	196	89	-24	+49
1969	98	246	93	+ 3	-22
1970	256	245	76	-19	+161
1971	164	442	114	+51	-36
1972*	299	433	95	-17	+82
1973*	203	548	129	+35	-32

Fonte: Conjuntura Econômica - Vol. 28, nº 4 - Abril/1974
(*) Estimado

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

IV.1.2 - Produção Local

Os dados sobre a produção de "Mãe Maria" foram retirados do Relatório apresentado à FUNAI pela Coordenadora do Projeto, Tára Ferraz.

Produção da Reserva "Mãe Maria"

ANO	PRODUÇÃO(HL)
1974	1.038
1975	4.049*

(*) 4.049 HL. foi a medida de Belém, in loco a mesma castanha mediu 3.953 HL.

IV.1.2.1 - Produção Indígena

A produção indígena em 1975 foi de 1.688 HL., o que corresponde 42,7% da produção total de "Mãe Maria".

Produção Indígena em 1.975

	PRODUÇÃO(HL)	PARTICIPAÇÃO %
ÍNDIOS	1.688	42,7
"CIVILIZADOS "	2.265	57,3
TOTAL:	3.953	100,00

Produção Estimada e Produção alcançada em 1.974

P. I.	PROD. ESTIMADA -HL-	PROD. ALCANÇADA
Mãe Maria	2.700	1.038
Parakanã ou Pucurui	800	407,5
Sororo	400	95
Kubenrankein	700	280
Baú/Menkranyty	350	175
Bacajá	350	221
Kokrainôrc	400	195
SOMA	6.800	3.491,5

Fonte: OF. 837/75/DGPI.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

IV.2 - Preços

Os preços nominais no período estudado, tiveram uma substancial elevação, não se observando relevantes flutuações. Quando deflacionados estes valores, os preços reais nos mostram que a alta verificada no período foi de apenas 29%, sendo que a taxa média está bem abaixo da verificada em 1973, com flutuações acentuadas (ver tabela IV.2). A preço de 1965, a maioria dos anos apresentaram preços abaixo do ano base, com exceção de 1967, 1971 e 1973 que apresentaram uma taxa maior de 16%, 14% e 29% respectivamente. De modo que torna-se difícil afirmar que a produção seja função do preço, e sim depende de outros fatores externos *relação*.

IV.2.1 - Preços locais

Para venda de castanha-do-pará, o hectolitro é a medida padrão usada na região. Os preços para venda em Marabá e Belém estão resumidos abaixo:

A N O	VARIAÇÃO DO PREÇO DE BELÉM CR\$		PREÇO EM - MARABÁ CR\$
	MÍNIMO	MÁXIMO	
1974	56,00	186,00	70,00
1975	91,00	196,00	82,00

Fonte: Pesquisa direta, feita pela Coordenadora do Projeto, e informações pessoais do Sr. Delegado da ZSDI

Foi fixado pela Comissão de Financiamento da Produção do Banco do Brasil, o preço mínimo para a castanha-do-pará para safra de 1975/1976 em CR\$ 82,00 (oitenta e dois cruzeiros)

IV.3 - Concorrentes no Mercado Internacional

A castanha-do-pará é um produto eminentemente brasileiro, conhecido em outros países como "Brazilian-nuts", é uma produção monopolizada pelo Brasil, enquanto em outras regiões do mundo existem uma produção similar, como nos países africanos, que produzem e concorrem com o Brasil, exportando as chamadas "amendoas africanas"

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

IV.4 - Demanda

IV.4.1 - Demanda Mundial

Mercado Mundial de Castanha-do-Pará

No tocante à demanda mundial de Castanha-do-Pará, "Brazilian-nuts", considera-se simplesmente a exportação, visto que o Brasil é o único produtor mundial deste produto. Por outro lado, a castanha-do-Pará pelo lado da oferta, segundo dados de exportação brasileira, evoluiu (de 1965 a 1973), não muito satisfatoriamente se compararmos com a potencialidade no mercado mundial. A afirmação de que a evolução da demanda não foi satisfatória pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- a) a preferência do consumidor pelo similar africano "amêndoas africanas" ou,
- b) a manipulação do produto brasileiro pelos importadores tradicionais em entendimento com os exportadores, os quais conhecem profundamente os ciclos produtivos da castanha-do-Pará, e por fim,
- c) devido a essencialidade do produto, isto por não ser um produto de primeira necessidade.

Se compararmos a tabelas que indicam produção, exportação e preço, notaremos que, embora a taxa de crescimento de 103% da produção no período 1965 a 1973, a exportação no mesmo período cresceu apenas 70%, e os preços médios embora tivessem uma taxa flutuante, seu crescimento foi de 15% no período considerado. Isto é devido ^{ao fato de} que na maioria das vezes os importadores são os próprios exportadores, que permitem que o preço não caia demasiadamente no ciclo produtivo favorável; assim, as variações da produção e da oferta no mercado mundial apresentam-se bem distintas.

(*) Segundo o prof. Armando Dias Mendes

"Estradas Para o Desenvolvimento", Cadernos Paraenses nº 6, Instituto de Desenvolvimento Econômico do Pará - janeiro 1971.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PARTICIPAÇÃO DA CASTANHA-DO-PARÁ NAS RECEITAS DE EXPORTAÇÃO
DO BRASIL (1965 - 1973)

TABELA IV.3

ANO	Export.da Castanha		Total das expor tações brasilei ras (US\$ milhões)	Participação % da castanha exportada	
	Quant.(Ton)	(Valor US\$ milhõ es)		Na prod.	Na receita
1965	19.911	11.597	1.595	48,8	0,73
1966	30.323	15.083	1.741	55,7	0,87
1967	19.979	10.130	1.654	58,5	0,61
1968	36.172	14.969	1.881	71,0	0,80
1969	24.115	12.076	2.311	60,3	0,52
1970	32.267	13.638	2.739	30,9	0,50
1971	24.538	14.037	2.904	36,6	0,48
1972	37.579	20.229	3.989	30,8	0,51
1973	33.849	22.764	6.201	40,8	0,37

Fontes:-Anuário das Exportações Brasileira - C.I.E.F.
Ministério da Fazenda
- Relatório Anual de Exportações CACEX - 1973

ÍNDICES E VARIAÇÕES NAS EXPORTAÇÕES DE CASTANHA-DO-PARÁ
(1965 - 1973) Índice base: 1965= 100

TABELA IV.4

ANO	Índices		Variação Percentual	
	Quant.	Pr.médios	Quant.	Preços médios
1965	100	100	-	-
1966	152	85	+52	-15
1967	100	87	-34	+ 2
1968	182	71	+81	-18
1969	121	86	-33	+21
1970	162	73	+34	-16
1971	123	98	-24	+35
1972	183	92	+58	- 6
1973	170	115	-10	+25

Fonte:

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

IV.4.2 - Principais Países Importadores

Do total da demanda mundial de Castanha-do-Pará, aproximadamente 90% pertencem aos Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha Ocidental como demonstra a tabela IV.6, no período estudado, isto é, no período que vai de 1965 a 1970.

Este fato favorece o argumento de que existe uma real manipulação do produto na oferta mundial por um número restrito de importadores.

Ao observarmos o valor nominal das nossas exportações, notamos que houve um aumento de quase 100% com relação aos Estados Unidos e Alemanha Ocidental, enquanto que o nosso segundo importador, Reino Unido, sofreu um aumento de apenas 15% em relação ao ano de 1965.

Estas tendências dos valores nominais também são confirmadas quanto ao problema da demanda, visto que há um aumento (na demanda) por parte dos Estados Unidos e Alemanha Ocidental, enquanto que há um decréscimo na ~~demanda~~ do Reino Unido.

PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES DE CASTANHA-DO-PARÁ
(1965 - 1973) Quantidade e Valor

TABELA IV.5

ANO	Estados Unidos		Reino Unido		Alemanha Ocidental	
	Quant. (Ton.)	Valor US\$ 1.000	Quant. (Ton.)	Valor US\$1.000	Quant. (Ton.)	Valor US\$ 1.000
1965	7.069	5.207	7.373	3.986	3.541	1.333
1966	13.719	3.735	10.103	4.013	3.788	1.166
1967	8.946	5.459	5.985	2.745	3.714	1.112
1968	17.444	3.767	9.029	2.968	6.046	1.548
1969	9.707	6.139	5.816	2.587	5.804	1.946
1970	13.532	7.101	7.778	2.653	7.222	1.973
1971	10.242	7.150	5.136	2.775	6.609	2.374
1972	15.875	9.948	10.878	5.416	6.549	2.131
1973	14.054	11.247	7.276	4.590	6.843	2.781

Fonte: - Anuário das Exportações Brasileiras - CJEF
Ministério da Fazenda
- Relatório Anual das Exportações - CACEX - 1973

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PARTICIPAÇÃO DOS TRÊS PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES NO
TOTAL DAS EXPORTAÇÕES DE CASTANHA-DO-PARÁ

TABELA IV.6

ANO	ESTADOS UNIDOS	REINO UNIDO	ALEMANHA	TOTAL
1965	36	37	18	91
1966	45	33	12	90
1967	45	30	19	94
1968	48	25	17	90
1969	40	24	24	88
1970	42	24	22	88
1971	42	21	27	90
1972	42	29	17	88
1973	42	21	20	83

FONTES:

IV.4.3 - Consumo Aparente

Analisando o consumo aparente (por falta de dados sobre consumo interno) nota-se que até 1969 o consumo aparente per-capita, veio decrescendo em relação a 1965 a uma taxa média de 21,5% ao ano, sofrendo uma queda brusca em 1967 quando a taxa de crescimento em relação a 1966 foi 45% menor, recuperando-se lentamente até os dois próximos anos. Essas bruscas variações na taxa de consumo interno, devem-se, em parte, à queda na produção do referido ano, quando as exportações mantinham-se levemente acima da verificada em 1965.

No segundo período, observa-se uma grande elevação nas fases de consumo aparente, com índices altíssimos em 1970 e 1972 elevação de 200% e 292% respectivamente, em relação a 1965. Observando as tabelas verificaremos que nestes anos a produção brasileira comparada a 1965, cresceu em 150% e 199% enquanto as exportações foram de apenas 62% e 83%, ou seja, as exportações não respondem em igual proporção quando se observa uma alta considerável na produção.

O produto exportado não evoluiu a taxas muito satisfatórias no período 1965 a 1973; assim sendo, a disponibilidade futura para as exportações da castanha-do-pará, terá sempre excedentes caso a produção continue a crescer no mesmo ritmo, o que poderá afetar sensivelmente os preços das exportações.

BRASIL - CONSUMO APARENTE DE CASTANHA-DO-PARÁ(1965-1973)

ANO	PRODUÇÃO (EM TONEL)	EXPORT. (EM TON)	CONSUMO APARENTE (EM TON)	POPULAÇÃO (MILHÕES)	CONSUMO "PERCAP" EM GRAM.	INDICE CONSUMO 1965=100	VARIAÇÃO %
1965	40.798	19.911	20.887	80.500	259	100	-
1966	55.470	30.323	25.147	82.800	304	117	+17
1967	34.164	19.979	14.185	85.200	166	64	-45
1968	50.977	36.172	14.805	87.600	169	65	+ 2
1969	40.004	24.115	15.889	90.200	176	68	+ 4
1970	104.487	32.267	72.200	92.800	778	300	+342
1971	67.005	24.538	42.467	95.400	445	172	-43
1972	121.949	37.579	84.370	98.200	859	332	+93
1973	82.925	33.849	49.076	101.000	486	188	-44

IV.5 - Projeção

Devido o caráter sazonal e irregular da produção, torna-se difícil e quase impossível prever o comportamento futuro com certa segurança.

Baseando no cálculo da "Elasticidade-renda" para projetar, chega-se a um resultado, que aplicado os testes de grau de correlação e "teste de Fisher", conclui-se que não existe relação entre as variáveis consumo e renda. ^{Os dados} ~~for~~ utilizados para os "cálculos, ^{referem-se} e dados do mercado consumidor dos Estados Unidos," por ser o principal importador e por não existir dados sobre o consumo no Brasil). Portanto torna-se sem efeito a projeção baseada em "Elasticidade-renda". Mesmo se houvesse validade, a projeção da demanda, não teria uma resposta imediata na produção, devido a vários fatores apontados.

A outra forma de projetar, seria a extrapolação da tendência histórica, para isto seria necessário séries estatísticas, e no caso em estudo não existem dados suficientes. Para utilizar este processo, parte-se da premissa de que as condições observadas no passado, poderão ser repetidas no futuro.

Ajustando num gráfico, os dados globais sobre a produção de castanha-do-pará (ver tabela IV.1), notamos que apesar do caráter irregular de produção, esta vem aumentando ao longo do tempo. Projetando os dados globais de produção (através da função $Y = a + bx + cx^2$) chega-se aos resultados de 144.045 toneladas para o ano de 1976. Este resultado indica apenas uma tendência, não podendo ser considerado como certo, por que existe uma grande margem de erro.

Tomando o ano de 1974 (projetado) como base, observa-se um acréscimo de 24%. Se utilizarmos este mesmo percentual, como acréscimo, em relação ao dado que dispomos sobre a safra de 1974 da Reserva "Mãe Maria" = 1038 hectolitros, a projeção para 1976 será de 1287 hectolitros, (esta projeção é apenas ilustrativa). Como a safra da Reserva em 1974 foi muito baixa (1.038 Hl), principalmente comparada à safra de 1975 (4.094 Hl), este resultado de 1287 Hl., poderá ser considerado como um mínimo, isto é na peior das hipóteses. ^{Walter} ^{ma}

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Segundo a Coordenadora do Projeto, que realizou os levantamentos na área e baseando-nos em previsões dos funcionários do PI Mãe Maria, conhecedores da questão de previsão de safra de cagana na área, a capacidade máxima de produção da Reserva de "Mãe Maria", nesta próxima safra, poderá atingir 2.500 hectolitros, aproximadamente.

Este último dado é que será utilizado para a previsão da Receita do Projeto. A própria atuação do Projeto na área poderá dar condições para que esta previsão seja reelazada.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

SEÇÃO V - ENGENHARIA DO PROJETO

V.1 - Infra-estrutura existente com vistas ao Projeto

Além dos aspectos já mencionados anteriormente quanto às vias de comunicação e acesso de um modo geral, apontaremos aqui aquelas específicas para o trabalho na castanha, ou seja, as diversas estradas para muares que foram abertas dentro da mata, cortando a área em todos os sentidos para facilitar o trânsito dentro da reserva e o escoamento da produção de castanha, principalmente. Citaremos aqui apenas aquelas colocações e principais estradas, mais utilizadas pela comunidade durante a safra:

Ramais entre São Pedro e São Félix.....	3.800 m
São Félix e Santo Antonio.....	6.435 m
Santo Antonio ao Km 29.....	4.775 m
Ramais entre Santo Antonio e Km 29.....	2.850 m
Santo Antonio a Canto de Areia.....	1.000 m
São Cipriano e Perdidos.....	9.000 m
Perdidos a Maguary.....	12.000 m
Km 31 a Súcumbido.....	300 m
Sucumbido a Canto de Areia.....	5.700 m
Canto de Areia a Latas.....	3.000 m

Conforme os relatórios apresentados, verificaremos que toda uma infra-estrutura já existente no P.I. Mãe Maria (e na reserva) para a safra da castanha (pois há cerca de 7 anos ela vem sendo mantida com tais objetivos) é suficiente para que o novo "modelo" seja implantado e desenvolvido.

Há um barracão de madeira construído à beira da estrada, no Km 25, que até então vinha sendo utilizado para depósito de castanha (dos índios e dos "civilizados") coletada naquelas "colocações" mais próximas daquele ponto da reserva, o principal posto de lavagem e medição do produto. Além deste, há um outro barracão localizado no Km 15 da mesma rodovia, onde era medida apenas a castanha coletada por "civilizados" dentro da reserva.

Para fins de maior controle por parte da comunidade nesta fase de implantação do Projeto, há necessidade de

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

construção de um barracão para depósito da castanha proveniente daquelas colocações próximas à sede do P.I. (mencionadas na página anterior), uma vez que esta produção é lavada neste local. Este barracão será construído pelos próprios índios, utilizando materiais da área, como troncos finos, folhas de açaí e cipó (para amarração). Aqueles barracões mencionados poderão vir a ser utilizados para outros fins, futuramente, quando poderão ser transferidos para um ponto mais próximo das aldeias.

Todas as benfeitorias existentes no P.I. Mãe Maria - instalações da sede do Posto, hospital, escola e mais uma casa (todas as construções em alvenaria, apenas uma casa em adobe), além de rede elétrica, poço com caixa d'água, etc. - já constituem, em termos de instalações de Posto a infra-estrutura básica, necessária para a assistência à comunidade. As demais benfeitorias na reserva, pertencentes à comunidade, como grandes roças, pomar, pasto, curral, etc. vêm sendo realizadas pelos índios no sentido de prover a comunidade de condições para seu desenvolvimento.

V.2 - Descrição Técnica do Projeto

Os trabalhos da safra da castanha de 1976 iniciam-se em novembro deste ano, com as seguintes atividades, dentro da reserva e executadas pelos próprios empreendedores, os índios Gaviões:

- construção e reforma de "passadeiras" (mata-burros)
- limpeza de "pontos" de castanha e de "estradas"
- abertura de novas "estradas" (novas "colocações")
- reconstituição dos paióis (depósitos abertos de castanha, na mata)
- construção de barracão (troncos e palha de açaí) no Km 30 (sede do Posto e em frente à aldeia) para depósito e posto de medição da castanha coletada nas "colocações" próximas ao P.I.
- confecção pela própria comunidade de paneiros (cestos grandes) para a coleta do produto
- reforma e construção das medidas padrão (caixa de madeira) o "hectolitro" - obtidos por encomenda em Marabá.
- trabalho de coleta⁵, transporte (pelos muares do tropeiro,

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

- único "civilizado" contratado por prestação de serviços durante a safra), lavagem e medição de castanha durante os 4 primeiros meses do ano (a safra propriamente dita)⁵⁷
- realização de concorrências públicas junto aos exportadores do mercado regional de Marabá, durante a safra
 - ^{contratação} construção de um caminhão particular de São Félix (Km 0 da PA-070) para apanhar a castanha no Km 30 da mesma rodovia, em frente ao P.I. Mãe Maria. Nesta ocasião, a castanha é medida novamente e cortada (por amostragem) para verificação da qualidade do produto, o que influenciará em seu preço de venda. A castanha é levada às margens do Rio Tocantins, onde o barco (penta) do comprador a apanha e transporta até os seus depósitos, em Marabá, mercado do produto indígena.

V.3 - Organização Administrativa da Safra e Programa de Trabalho

Como todas as tarefas de produção imediata podem ser executadas pelos próprios membros da comunidade, sob orientação dos encarregados do Posto (devidamente treinados) e dos responsáveis pelo Projeto, os custos operacionais destes trabalhos tenderão a baixar sensivelmente em relação àqueles vigentes na fase anterior, mediante o estímulo dos índios de coordenarem a safra.

Durante o tempo de coleta da castanha, que se estende de janeiro a maio, os índios são distribuídos em pequenos grupos - basicamente entre solteiros e casados - 2 ou 3 famílias em cada "colocação", na floresta, segundo determinação dos líderes tribais ("capitães"). Geralmente, nesta época o trabalho na roça é interrompido e na aldeia ficam praticamen-

Após as primeiras chuvas (dezembro) que marcam o início do "inverno" na região, os ouriços de castanha caem das árvores (que chegam a atingir 30 m), na mata. A técnica para a coleta destes frutos consistiu em apanhá-los (com auxílio de um "pé de cabra" - tripé de caule fino) e amontoá-los nos "ramais" das colocações, ao redor das castanheiras. Os ouriços são em seguida cortados manualmente com facão e as castanhas vão sendo postas em paneiros (grandes cestos de cipó) e levadas às costas pelos produtores até o "ponto" ou paio da "colocação", de onde é transportada pelos muares até o posto de lavagem e medição para ser vendida.

Como podemos observar, trata-se de uma técnica tradicional de coleta do produto, um trabalho eminentemente braçal que requer grande dispêndio de energia.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

te os "capitães" (e suas famílias nucleares), algumas mulhe-
res (pois outras vão para a mata com o marido e filhos) e ma-
is um ou dois homens, geralmente solteiros, encarregados de '
fazer farinha (de mandioca), que é "vendida" aos índios casta-
nheiros e ao tropeiro durante a safra, através da "cantina".

Uma segunda etapa dos trabalhos administrativos da
safra consiste na instalação de uma "cantina" da comunidade,
que funcionará junto à sede do Posto (na casa de adobe exis-
tente, o almoxarifado) e será controlada por um dos elementos
da comunidade, sob nossa orientação. Através dela será feita
a aquisição de mercadorias essenciais (camisas, botas, muni-
ção, gêneros alimentícios de primeira necessidade, querosene,
facões, pilhas, linha e anzóis) que irão abastecer a comunida-
de na medida do estritamente necessário durante a safra.

~~Na medida em~~ ^{Uma vez} que o produto é vendido em lotes (ha-
vendo portanto movimentação de capital), estes bens serão re-
postos, também à medida do necessário, durante a safra.

Esta etapa compreende também a contratação dos ser-
viços de um tropeiro regional "civilizado" (do qual será pedi-
do um atestado de saúde) e o aluguel de 6 muares para fazerem
o transporte da castanha das "colocações" ao posto de lavagem
e medição, no Km 30.

A grande extensão da pastagem (pertencente à comu-
nidade e utilizada pelo ^{vaca}gado bovino) localizada próxima às '
instalações da sede do posto será usada para a manutenção da
tropa de muares. Como complementação, o milho produzido nesta
época pela comunidade (seco, debulhada) será vendido ao tro-
peiro, proprietário dos burros, e possivelmente no mercado de
Marabá, onde o produto tem grande procura nesta ocasião.

A renda obtida com esta "venda-troca" reverterá pa-
ra reaplicação direta na comunidade, mediante as necessidades
surgidas durante o próprio período da safra, como reabasteci-
mento de mercadorias, aquisição de inseticidas para as hortas,
etc.

Uma terceira etapa nos trabalhos da safra está vol-
tada para o mercado regional: o escoamento da produção indíge-
na pela própria comunidade em Marabá, ainda grande centro co-
mercial de castanha. Mediante concorrências públicas (com edi-
tal e atas) que serão abertas em Marabá pela Coordenadoria '

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Ajudância de Marabá

deste Projeto - e através da ~~2ª~~ ^{DR} de Belém - aos compradores' (Exportadores) do produto (Evandro Azevedo, José ^{Carlos} ~~Carlos~~ Contente, Benedito Mutran e Cia. Industrial do Brasil, etc.) e baseados no preço vigente na região para os produtores durante a safra de 1976,⁸ a castanha dos índios de Mãe Maria será vendida por eles mesmos em 4 lotes de 250 hectolitros (medida oficial e padrão na região) cada um, diante da estimativa de 1.000 hl, ao preço que for considerado mais conveniente pela e para a comunidade como um todo. Desta forma, nossa orientação será concretizada basicamente nesta etapa, a comercialização do produto e organização da renda inicial (fundo comunitário, rotativo) para a formação da chamada "cooperativa" indígena de produção e consumo.

⁸ Este é o segundo ano em que a castanha-do-pará terá seu preço de compra fixado a @82,00 pela Comissão do Financiamento da Produção, do Bando do Brasil.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

SEÇÃO VI - ASPECTOS FINANCEIROS DO PROJETO

VI.1 - Investimentos

Será considerado "investimento" no Projeto, os gastos necessários para efetivação da atividade de coleta de castanha. São os trabalhos de pré-safra enumerados a seguir:

- Construção e reforma de passareiras (mata-burros) nas "estradas".
- Preparação e limpeza dos ramais("estradas") que levam aos castanhais ("colocações"). Trabalho realizado por empregadas pelos próprios índios.
- Construção de um barracão(de troncose açai, aproveitando recursos locais) para depósito de castanha junto as instalações da sede do Posto Indígena (Km 30 da Pa-70).
- Os custos destes trabalhos de pré-safra, serão cobertos pela ~~Reserva Técnica~~ atividade 81.484.2549 ^{54/1500 E PESG} ~~ASCOY~~. O item VI.2 seguinte dimensiona o Orçamento de Custos.

VI.2 - Orçamento de Custos e Receitas

VI.2.1 - Custos

Os custos foram resumidos em:

- Material de Consumo ✓
- Outros Serviços de Terceiros ✓
- ~~Obras Públicas~~ ^{Outros Custeios}
- Material Permanente

Ver detalhamento a seguir:

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

MATERIAL DE CONSUMO - 3.1.2.0.

(Cr\$)

DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	P. UNIT;	P. TOTAL
Arroz - saco de 60 Kg.	02	300,00	600,00
- Feijão - saco de 60 Kg.	02	360,00	720,00
Leite em pó "Ninho" caixa com 24 latas pequenas <i>mediana</i>	02	260,00	520,00
- Açúcar - saco de 60 Kg.	04	110,00	440,00
- Café - saco ^{pte.} de 1 Kg.	120	22,00	2.640,00
Óleo comestível, caixa com 24 latas de 900 ml.	03	216,00	648,00
Sal - saco de 30 Kg.	04	30,00	120,00
- Querosene - lata de 18 litros.	03	45,00	685,00
- Sabão - caixa com 100 barras "Rio" (Copala) ³⁰ ou <i>Guiana</i>	04	60,00 150,00	240,00
- Fósforo, caixa com 1000	01	150,00	150,00
- Fumo, pacote "Superbom"	200	2,00	400,00
- Cigarros - Hollywood (pacotes)	408		306,00
- Abade, papel p/cigarro-pacote.	1000	0,50	1500,00
<i>Botas</i> (parte) ³ <i>milheiro</i>	34	50,00	
Camisas - unidade	60	35,00	2.100,00
Calções - unidade	30	30,00	900,00
<i>Redes p/ calções</i>			
Redes - unidade	34	30,00	1.000,00
- Pilhas - caixa com 48	04	130,00	520,00
- Cartuchos - calibres 20 - 24 - 28, caixa com 25	40	80,00	3.200,00
- Balas 22 - caixa com 50	8	40,00	400,00
- Anzóis - milheiro tamanho médio e pequeno	01	300,00	300,00
- Linha de nylon p/pesca, rolo de 100 M., varias espessuras	10	50,00	500,00
<i>Ata Cordas</i> - kg	4	16,00	64,00
TOTAL	15.728,00

OBS.: Os recursos destinados a Material de Consumo, tem como finalidade principal dar condições de se criar um "Fundo" Rotativo Comunitário.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-3.1.3.2

(Cr\$)

DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	P. UNIT.	P. TOTAL
Montagem de medidas padrão hectolitro, em madeira e reformas	04	125,00	500,00
Transporte da castanha da "colocação" ao local de lavagem e medição - Serviço de um "tropeiro" da região + aluguel de 5 burros (1 tonfo), 13,00 por "tombo" = 6 ou 7 Km = 1 hl.			
600 Hl. a um (1) "tombo"	600	13,00	7.800,00
400 hl. a dois(2) "tombo"	400	26,00	10.400,00
			+ 500,00
Pagamento de frete para transportar a castanha até às margens do Tocantins - 30 Km x 2, viagens	12	500,00	6.000,00
Contrato de serviços técnico-profissionais da coordenadoria do projeto			20.991,00
Passagens e hospedagens para a coordenadorando Projeto Passagens aéreas - SP/BSB; BSB/Marabá; Marabá/BSB/Marabá			5.426,00
Hospedagem e alimentação: 5 dias em Brasília	05	250,00	1.250,00
TOTAL	50.367,00

28.700,00

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Outros Custeios 3-100/04
~~OBRAS PÚBLICAS - 4.1.1.0~~

(Cr\$)

DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	P. UNIT.	P. TOTAL
Construção e reforma de passadeiras (mata-burros) nas "estradas" - em me- tros	→ 130 500 1% 500	10,00 6,00 6,00	1.300,00 3.000,00 3.000,00
Preparação (limpeza) dos ramais ("estradas") que levam aos castanhais ("colocações") - em Km	→ 500 100 100	40,00 20,00 15,00	20.000,00 2.000,00 1.500,00
Construção de barracão (em troncos e açai, aprovei- tando materiais da região) para depósito de castanha junto às instalações da sede do P.I. - Km 30 da PA-070	1	1.500,00 2.000,00	1.500,00 2.000,00
TOTAL	8.000,00 6.000,00

6.000,00
8.000,00

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

MATERIAL PERMANENTE - 4.1.4.0

(Cr\$)

DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	P. UNIT.	P. TOTAL
Facões grandes	50	35,00	1.650,00
Outras ferramentas			739,00
TOTAL	2.389,00

- (caldeirões) 20
 facas (el kaonha) 34
 plantadeiras 4
 facões 20
 pás 4
 ? bacias

320

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

RESUMO DOS CUSTOS

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	CUSTO (Cr\$)
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO	15.728,00
3.1.3.2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	52.367,00 50.367,00*
3.1.00 4.1.1.0	<i>Outros Custeios</i> OBRAS PÚBLICAS	6.000,00 ^{MAT} 8.000,00
4.1.4.0	MATERIAL PERMANENTE	2.389,00 -
	TOTAL	76.484,00 / 98.484,00

* inclui o pagamento dos serviços técnico-profissionais da coordenadora - somente no ano de 1975. Em 1976 pretende-se assinar outro contrato, visando o Projeto de Desenvolvimento Comunitário definitivo. *Plano Integrado de DC*

Obs. Não estão incluídos nos Custos do Projeto, as colaborações que serão prestadas pelo pessoal do quadro da FUNAI, na execução deste.

44.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

IV.2.2 - Receita

Para prever a receita do Projeto, existem vários fatores que dificultam, como:

- a quantidade de castanha que poderá ser coletada pelos índios, e a variação do preço da castanha em Marabá. De acordo com a previsão da capacidade de produção da Reserva para 1976, (2.500 hl), e considerando a participação indígena em 43% do total, os índios poderão produzir (1.075 hl). Ver o resumo seguinte:

ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO DE CASTANHA PARA 1976

CAPACIDADE (%)	PRODUÇÃO ESTIMADA (hl)	PRODUÇÃO hl INDÍGENA 43%
100	2.500	1.075
75	1.875	806
50	1.250	538

Considerando para previsão de receita, que os índios atinjam 75% da capacidade total estimada, dará um total de (806 hl) a produção esperada.

O preço para a previsão da receita, será, na ^{melhor} ~~pior~~ das hipóteses, o preço mínimo fixado pela Comissão de Financiamento da Produção do Banco do Brasil, que é Cr\$ 82,00 (oitenta e dois cruzeiros) o hectolitro.

Baseando no fato de que o preço de 1974 foi Cr\$ 70,00 (setenta cruzeiros) o hectolitro e em 1975 passou para Cr\$ 82,00, considerando o mesmo acréscimo de preço para 1976, o preço em Marabá poderá atingir Cr\$ 96,00 o hectolitro, o que é possível, uma vez que no ano passado o preço do hectolitro em Belém variou de Cr\$ 91,00 a Cr\$ 196,00 (segundo informação ^{principal} do Delegado da 2ª DR)

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

IV.4 - Fontes e Usos

O quadro seguinte indica todas as despesas previstas no Projeto (usos), e todos recursos disponíveis para financiar esta despesas (fontes).

FONTES E USOS		(Cr\$)
F O N T E S		
-Fundo de desenvolvimento comunitário dos projetos de castanha.....(reparu DGPI - DGPC)		33.487,28 45.487,28 R.I.
-4.1.4.0 - Atividade 814 842 549 ASCOI - RES. TÉCNICA		2.389,00 ←
4.1.1.0 - Atividade 814 842 549 ASCOI - RES. TÉCNICA	54/1500	8.000,00 ←
→-3.1.0.0/3 - Atividade 814 842 554 E.PESQ/1500		20.991,00
←-4.1.2.0 - Atividade 814 841 654 - Instalação e Melhoria de Postos Indígenas - RES. TÉCNICA		1.616,72 →
TOTAL DAS FONTES		76.484,00
U S O S		
- 3.1.2.0 - Material de Consumo		15.728,00
- 3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros		
Cr\$ 29.376,00		
-Contrato da Coordenadora do Projeto		20.991,00
←-4.1.1.0 - Obras Públicas	3.100/03	8.000,00 ←
- 4.1.4.0 - Material Permanente		2.389,00 ←
TOTAL DOS USOS		76.484,00

2000,00 viagens

52.367,00
50.367,00
6.000,00

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

VI.3 - Cronograma Físico-Financeiro (Cr\$)

DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS	1975		1976				
	NOV.	DEZ.	JAN.	FEV.	MARÇO	ABRIL	MAIO
-Construção e reforma de passadeiras(mata-burros).	3.000						
-Preparação(limpeza) dos ramais que levam dos castanhais "colocações".....	2.500						
-Construção de um barracão (em troncos e açaí) para depósito de castanha.....		1.500 2.000					
-Montagem de duas medidas-padrão hectolitro de madeira, e reforma de duas.		500					
-Aquisição de material permanente.....		2.389					
-Aquisição de material de consumo.....		15.728					
-Transporte de castanha, da "colocação" ao local de medição e lavagem, pagamento do "tropeiro"		2.000	660 660 2.475	2.475	3.240	3.240	3.240
-Contrato dos serviços técnicos-profissionais da Coordenadora do Projeto.	10.495	10.496					
-Pagamento de frete para transportar a castanha até às margens do Tocantins				2500 1.200	1.200	1.200	2.400
-Gastos com hospedagem e alimentação em viagens..		1.250					
-Pagamento de passagens para deslocamento da coordenadora	1.542	3.884					
T O T A I S	18.037	36.247	3.240	4.440	4.440	4.440	5.640

Total do desembolso em 1975 Cr\$ 56.284,00
 Total do desembolso em 1976 Cr\$ 22.200,00

47.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PREVISÕES DA RECEITA

a) Considerando o preço mínimo para o hectolitro Cr\$ 82,00

75% DA CAPACIDADE (hl)	PREÇO MÍNIMO DO HECTOLITRO	RECEITA MÍNIMA ESTIMADA
806	Cr\$ 82,00	Cr\$ 66.092,00

b) Considerando o preço de Cr\$ 96,00

75% DA CAPACIDADE (hl)	PREÇO ESTIPULADO PARA 1976	RECEITA ESTIMADA
806	Cr\$ 96,00	Cr\$ 77.376,00

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

SEÇÃO VII - CÁLCULO DA RENTABILIDADE DO PROJETO

VII.1 - Aspectos Financeiros

Considerando a receita estimada (de acordo com a Seção VI), esta dará a quantia de Cr\$ 77.376,00 (setenta e seis mil trezentos e setenta e seis cruzeiros), isto é 806 hectolitros a Cr\$ 96,00 (noventa e seis cruzeiros). Por sua vez o custo total do Projeto é de Cr\$ 76.484,00 (setenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e quatro cruzeiros). Resta portanto um saldo de Cr\$ 892,00 (oitocentos e noventa e dois cruzeiros). Neste caso, dará prejuízo ao considerar a correção monetária devido à inflação.

Observando que nos custos do Projeto, está incluído a despesa do contrato dos serviços técnico-profissionais da Coordenadora é que na realidade esta despesa deverá ser um custo para a FUNAI, e não para o Projeto, ^{a. u. p/ os índios!} assim o Projeto trará um lucro real para a comunidade, mesmo do ponto de vista financeiro.

Estimativas

a) Considerando o custo do contrato da coordenadora

Receita	Custo	Saldo
Cr\$ 77.376,00	Cr\$ 76.484,00	Cr\$ 892,00

b) Não considerando o custo do contrato da coordenadora

Receita	Custo	Saldo
Cr\$ 77.376,00	Cr\$ 55.493,00	Cr\$ 21.883,00

Outro ponto que justifica o lucro para a comunidade, é que parte do custo do Projeto será destinado à constituir ^o um "Fundo" Rotativo Comunitário ^{pl o funcionamento da} ~~castanha~~ ^{cooperativa}.

VII.2 - Aspectos Sócio-Culturais

Retomemos aqui um ponto fundamental observado no decorrer deste Projeto: os efeitos da reformulação do processo produtivo da castanha (esfera marcadamente econômica) surgirão tanto internamente, em todos os aspectos sócio-culturais do grupo, como externamente à comunidade.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Após terem sido sanados determinados problemas referentes ao processo produtivo da castanha pela comunidade e ajustadas as novas condições através de uma prática, o reforço de certos estímulos positivos no decorrer deste processo promoverá a reafirmação da identidade étnica do grupo, bem como a afirmação dos índios perante a sociedade regional (e nacional) enquanto indivíduos produtores, "quase-cidadãos" capazes de decidirem por si a sua alternativa de desenvolvimento comunitário.

Ao partirmos do princípio que um grupo só se define enquanto tal diante da emergência do outro como mais forte (fronteiras), a articulação e manipulação dos elementos deste rearranjo crítico, enquanto estratégias, que visam ação - i.e. promoção "dentro" e "fora" do grupo, o arranque do desenvolvimento comunitário - serão extremamente benéficas para toda comunidade. Isto, na medida em que inclusive a relativa divulgação deste rearranjo levará a uma ação de desenvolvimento integrado, possibilitando a atenuação ou até mesmo a dissimulação (também enquanto um processo) daqueles estereótipos cultivados em relação aos índios por parte dos regionais "civilizados". As populações indígenas encontram aqui - e nas formas arcaicas de produção vigentes ^{le a esse importan a este} - os verdadeiros entraves para o seu desenvolvimento.

Especificamente, o incentivo às atividades econômicas dos Gaviões, principalmente as tradicionais, visam a promoção do grupo a uma autosuficiência e simultaneamente à manutenção de seus padrões de subsistência, relativamente desvinculados a médio-prazo do extrativismo vegetal (castanha-do-pará), atividade esta que até então era o único meio possível de obtenção de bens necessários à sobrevivência da comunidade. O rearranjo dos elementos numa esfera econômica é, mais uma vez, visto como estratégia necessária à rearticulação das relações sociais do grupo nesta fase de "integração", enquanto um processo dinâmico e considerado de uma perspectiva histórica para as sociedades indígenas brasileiras.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

ANEXO II

CARACTERIZAÇÃO DA FORMA DE PRODUÇÃO INDÍGENA DE CASTANHA, SEGUNDO O "PROJETO DE EXTRATIVISMO VEGETAL - CASTANHA-DO-PARÁ", ELABORADO E EXECUTADO PELA 2ª DELEGACIA REGIONAL DA FUNAI (BELÉM)

Devido ao fato de o extrativismo vegetal de castanha ser uma das principais atividades econômicas de todo o sul do Pará, os índios de toda a região do Médio Tocantins (P.I. Mãe Maria, Parakanã, Cateté, Sororó e Trocará) e Médio Xingu (P.I. Gorotire, Kubenkrankin, Kokraimoro, Baú, Kararaô, Mekrangoti e Bacajá), todos no Pará vem sendo submetidos há vários anos a uma forma arcaica de produção da castanha baseada no regime de trabalho servil que predomina em toda a região produtora: o regime do "barracão", controlado na esfera da produção indígena pela 2ª DR (e imediatamente pelos encarregados dos Postos Indígenas produtores mencionados).

Esta prática vem sendo efetuada há alguns anos sob o chamado "Projeto de Extrativismo Vegetal - Castanha-do-Pará" a apresentado pela 2ª DR para exploração econômica do produto. Basta citarmos a "justificativa" apresentada para este Projeto, comum a todas as áreas produtoras mencionadas:

"O produto é nativo e tem grande valor econômico para a comunidade indígena, além de motivá-la para o trabalho produtivo e constitui um bom emprego de mão-de-obra indígena, durante o período. A técnica para a coleta é simples, embora obrigue um esforço físico acentuado" (in "Projeto de Extrativismo Vegetal - Castanha-do-Pará", de autoria do Sr. Carlos Amaury Mota Azevedo, Delegado Substituto da 2ª DR, Belém, julho de 1974).

Tomemos as premissas principais desta "justificativa". Em primeiro lugar, a questão do produto ser nativo (e portanto abundante em toda a região) não significa que a forma tradicional e arcaica de exploração em toda a região, implantada pelas frentes pioneiras de colonização tenha que vigorar (e dominar) em relação às comunidades indígenas também.

Nestas, a manipulação do "valor" (econômico, monetário ou não) se dá em termos de troca pelo necessário à subsistência, onde a mercadoria (ou a moeda) é a representação de um "serviço" que é executado e trocado (pelos bens). Reside aqui um dos pontos fundamentais da estrutura social dos grupos indígenas, o sistema universal da troca, recíproca, onde o valor é socialmente reconhecido de maneira específica. E a troca, tradicionalmente, se dá em diversas esferas (informações, mulheres e bens) com vistas à manutenção de padrões de subsistência, autonomia e auto-determinação.

Assim, "o valor econômico para a comunidade indígena" (em termos monetários) não é tido por seus membros com vistas à maximização da produção que visa lucros crescentes, única e exclusivamente. Ou seja, o valor econômico da maneira como é considerado não "motiva a comunidade para o trabalho produtivo", mas as atividades relacionadas à exploração da castanha (especificamente) sempre foram, até o presente momento, o único meio de os índios obterem o mínimo de bens necessários (mercadorias), como eles mesmos o consideram, para sua sobrevivência na situação atual de intercâmbio com a sociedade envolvente em que se encontram.

Na medida em que não há retorno em forma de benefícios diretos para a comunidade produtora, principalmente (embora os projetos de reaplicação de renda sejam apresentados, muitas vezes com bases irreais e imediatamente desconsiderados), no caso da exploração da castanha, o valor (econômico) do "trabalho produtivo" desta população indígena não é reciprocamente trocado. Esta situação só acarreta um sentimento de exploração, um profundo descontentamento de sua parte, a quem cabe por direito o usufruto exclusivo das riquezas naturais da área. Daí a importância do "retorno", a necessidade de troca.

Desta maneira, é flagrante a manipulação utilitarista de que os índios sempre foram objeto com vistas à safra da castanha, já que constitui "um bom emprego da mão-de-obra indígena" pela coleta do produto, submetida ao regime do "barracão" que impõe e não "motiva" o trabalho produtivo visando a maximização da produção (possíveis lucros).

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Por outro lado, esta forma de exploração econômica da castanha vem repetindo em essência a mesma estrutura mantida pelo antigo Serviço de Proteção aos Índios.

Todos estes aspectos desfavorecem a prática do trabalho necessário para os índios, uma vez que as atividades agrícolas, tradicionais da comunidade se interrompem nesta época não possibilitando entre-safras, pois com descontentamento e obrigatoriedade 5 meses ao ano, (duração da safra), lhes são consumidos com o trabalho da castanha, sob a égide da 2ª DR.

Finalmente, embora a técnica da coleta seja simples, ela requer determinados conhecimentos específicos e, realmente, obriga a um "esforço físico acentuado" que é exigido para a coleta do produto, visando a maximização da produção, muitas vezes independentemente do estado de saúde do indivíduo produtor. Basta mencionarmos os casos constantes de gripe, pneumonia, malária, reumatismo, TB pulmonar e até mesmo a ocorrência de mortes na população indígena, durante o período da castanha, "inverno" regional (chuvas), época durante a qual estas populações se apresentam mais sujeitas às moléstias, em comparação ao "verão", época da seca.

Naqueles postos Indígenas onde a constituição da mão-de-obra é de tipo "mista" - índios e "civilizados" - o contato é permanente e marcado por um vínculo comum: coletores de castanha sob um mesmo regime de trabalho, o "barracão" mantido pelo chefe do Posto, diretamente. Inexiste também um controle do estado de saúde (mental e física) destes "civilizados", contratados para trabalhar durante a safra em área indígena, sob a alegação de que os índios são poucos para o trabalho.

Ainda quanto ao momento da produção imediata e todos os problemas envolvidos, surge um outro fator que deve ser ressaltado quanto à exploração da castanha: os altos custos envolvidos neste processo produtivo, da forma como vem se dando, sob controle direto da 2ª DR.

Além dos custos operacionais que concernem estritamente ao "Projeto Castanha" - abastecimento de "barracão", transporte, remuneração de mão de obra, etc, - muitos outros paralelos (indiretos) são "enxertados" numa receita inicial, como a manutenção dos Postos Indígenas, viaturas, motores, despesas em ge-

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

ral que deveriam correr por conta da Orçamentária e que, portanto, não dizem respeito exclusivamente às despesas da safra.

A alegação de que a renda líquida para reaplicação nas comunidades produtoras mal é suficiente para cobrir os custos operacionais da safra requer determinadas observações. Além dos custos do "Projeto Castanha" já serem "inchados", como mencionamos, o fato do escoamento da produção ser efetuado em Belém, exclusivamente - e não nos mercados regionais (e tradicionais) de Marabá, (no Tocantins) e Altamira, (no Xingu) - acarreta custos de transporte extremamente elevados, uma vez que as distâncias são incomparavelmente maiores.

A questão do preço do produto estar vinculado à flutuação do mercado internacional não justifica que em Belém os preços da castanha sejam "melhores". A prática vem demonstrando que estes nunca o são efetivamente para a comunidade indígena produtora (uma vez que os custos envolvidos são altos), em termos de benefícios reais (= lucros), de melhoria de condições de vida nesta fase de "integração".

Um outro aspecto ainda diz respeito à distribuição da renda da castanha (indígena). A distribuição oficial em porcentagens de 45, 45 e 10% de um lucro líquido entre as comunidades indígenas, conjuntamente, é algo que vem se mostrando irreal na prática, fictício na medida em que o retorno não se dá sob forma de benefícios diretos que satisfam as necessidades de toda a comunidade. As benfeitorias existentes, em termos de instalações dos Postos Indígenas podem indiretamente, trazer algumas melhorias de um certo ponto de vista (infra-estrutura), mas que no entanto não correspondem às necessidades e interesses da comunidade, por ela dimensionados, como um todo.

Referente a esta questão de distribuição de renda, um outro aspecto que deve ser ressaltado (e repensado) diz respeito à "comissão" pela produção de castanha paga ao término da safra pela 2ª Delegacia Regional aos líderes tribais, "capitães" dos principais Postos produtores mencionados.

Conforme explicitamos detalhadamente nos relatórios apresentados a esta Fundação (março e setembro) sobre a situação atual dos Gaviões de Mãe Maria, observamos que este procedimento, além de encobrir uma situação real e concreta, implica na constituição de "super-capitães" dentro da comunidade indígena.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Desta forma, o papel "empresarial" do "capitão" em relação a "seus homens" - os membros da comunidade transformados em força de trabalho - é reforçado na medida em que tal mecanismo se dá individualmente, promovendo por outro lado um certo prestígio não tradicional dos líderes tribais (e, conseqüentemente, perturbador para a comunidade como um todo), baseado na detenção de um relativo poder econômico em relação aos membros da comunidade, que apenas percebem a remuneração pelo trabalho braçal em si, como simples mão de obra para a coleta da safra da castanha.

Se o retorno sob forma de benefícios diretos para toda a comunidade fosse algo real, estes mecanismos se mostrariam certamente desnecessários.

Embora o trabalho da castanha possa parecer uniforme, a situação atual específica, particular de cada um dos grupos produtores mencionados em relação ao problema, não deve ser tratada mediante um projeto econômico, genérico e comum a todos os grupos produtores, que reforça formas colonialistas e portanto arcaicas de exploração econômica junto aos grupos indígenas. Por outro lado, há que se situar precisamente o objetivo real de tais projetos, onde a forma de retorno da renda daí resultante (já que tal atividade envolve uma dimensão econômica de mercado concorrencial) é algo que deve ser repensado e reformulado, acentuando as necessidades e interesses do grupo, em termos de seu desenvolvimento comunitário, de promoção a uma auto-suficiência e auto-determinação.

Assim, a viabilidade de reformulação deste processo de produção (como vem ocorrendo para todos estes grupos) deve ser investigada e demanda urgência, diante da própria situação atual de toda a região, que se encontra sob um processo de desenvolvimento acelerado e descompassado.

Uma solução global é, no momento e deste ponto de vista, inoperante devido principalmente às diferenças existentes entre os grupos (em seus diversos níveis) e aos diversos estágios de intercâmbio em que se encontram com a sociedade envolvente. "Sociedades indígenas, igualitárias" não pressupõem uma força de trabalho homogênea, constituída.